

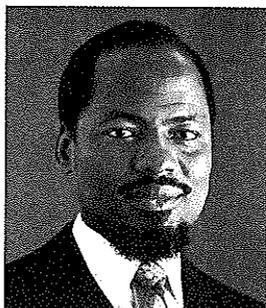
# **A Globalização e os seus Impactos em Países como Moçambique**

**Joaquim Alberto Chissano**

*Ex-Presidente da República de Moçambique (1986-2005)*

Intervenção proferida na cerimónia de Doutoramento  
*Honoris Causa* em Ciência Política e Relações Internacionais  
atribuído pela Universidade do Minho ao Doutor Joaquim Alberto  
Chissano, em Braga, no dia 17 de Fevereiro de 2005

**07**



**Joaquim Alberto Chissano**

Ex-Presidente da República de Moçambique (1986-2005)

Presidente da República de Moçambique, entre 1986 e 2005.

Eleito primeiro Presidente da União Africana (UA) em 2003.

Presidente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2000.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1975 e 1986

Primeiro-Ministro do Governo de Transição de Moçambique, entre 1974 e 1975.

Professor Emérito em Ciências Policiais na Academia de Ciências Policiais de Moçambique.

Sua Excelência, Sr. Presidente da República  
Magnífico Reitor da Universidade do Minho  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga  
Exmo. Dr. Mário Soares  
Distintos convidados  
Caros professores e estudantes  
Minhas senhoras e meus senhores

Estar aqui convosco é um momento privilegiado da minha vida. Partilhar com tão doutos guardiões dos saberes da Humanidade as minhas reflexões sobre o estágio do meu País no concerto actual das Nações é algo de ímpar na trajectória de alguém como eu, que dedicou toda a sua vida às causas nobres da Humanidade, como a Paz, a liberdade e o bem estar. Dediquei-me a estas causas com convicção, pois enquanto subsistirem os estigmas da pobreza, do analfabetismo e da doença, não podemos falar de uma humanidade livre.

Por neste momento encontrar-me entre agentes detentores de vários saberes, almejo que a nossa missão primordial seja a de erradicar todos estes males, porque enquanto houver um só homem no nosso planeta que não esteja livre de qualquer um destes flagelos, não podemos considerar cumprida a nossa missão.

É com grande emoção e responsabilidade que me dirijo hoje a vós, pois ligam-nos inúmeros vínculos históricos, que devemos assumir. Hoje, mais do que nunca, precisamos de entender de onde viemos e para onde vamos, despidos dos complexos de um processo histórico que marcou com ferrete indelével várias gerações de moçambicanos e portugueses.

Gostaria de manifestar a minha grande alegria pelo facto de estar a receber esta nobre distinção concedida pela Universidade do Minho, que hoje comemora o seu 31.º Aniversário, aproveito a ocasião para endereçar os parabéns aos professores, trabalhadores e estudantes com desejos de um futuro brilhante para esta Universidade. Para nós moçambicanos, esta Universidade tem um significado especial na medida em que a sua formação teve os seus alicerces no corpo de professores e dirigentes universitários que estiveram ligados à então Universidade de Lourenço Marques, hoje Universidade Eduardo Mondlane, produto da independência do nosso país.

Esta referência obrigatória a um período importante da história do nosso país, Moçambique, impele-me a evocar a expansão portuguesa, iniciada no século XV. Este movimento foi, sem dúvida alguma, o limiar do processo de globalização, que nos nossos dias, se aprofunda, ganha contornos cada vez mais complexos e se manifesta por determinados fenómenos e processos sobre os quais importa reflectir.

Sr. Presidente da República  
Magnífico Reitor  
Minhas senhoras e meus senhores

O processo de globalização, responsável pela criação das economias periféricas, começou com o movimento

expansionista colonial no século XV e resultou na imposição de uma nova divisão internacional de trabalho, na qual as economias de países colonizados se transformaram em meros produtores de matérias-primas e consumidoras de produtos manufacturados no Centro.

Quanto a mim, a Globalização é conhecida mais pelas suas manifestações económicas, tecnológicas e pelas preocupações à volta do meio ambiente, do que como divisão internacional de trabalho, facto imposto com certo sucesso há mais de 5 séculos; sucesso notável para aqueles que iniciaram este processo, pois trouxe-lhes poder e riqueza em proporções inimagináveis e um domínio crescente e absoluto sobre o resto do Mundo, durante um período de tempo considerável. Tal controlo foi, amiúde, posto em causa em vários momentos, como por exemplo durante a vigência do bloco soviético.

Nos nossos dias, as manifestações e os fenómenos associados à Globalização são impressionantes, de tal modo que alguns deles são frequentemente tomados como sendo a essência do processo. A essência da globalização é a dominação do mundo através da imposição de uma única visão de desenvolvimento.

Assim, por exemplo, as inovações tecnológicas nas áreas de Comunicação e da Informática permitem que milhares de milhões de pessoas acompanhem, das suas salas de estar e em tempo real, os acontecimentos mundiais políticos, sociais e desportivos. Mas os meios de comunicação, ao veicularem informações, também moldam a opinião pública e criam, pelo menos, ao nível das elites, muitas delas cooptadas, um virtual "pensamento comum" dominante, em função das características do contexto mundial onde se enquadram.

Distintos convidados,

As elites africanas existiam já aquando da chegada dos árabes e dos europeus. Elas estavam centradas nos seus valores endógenos e veiculavam os saberes tradicionais nas suas múltiplas manifestações e nas diversas vertentes, das Artes à Ciência, de acordo com o modelo societário e de desenvolvimento tecnológico de então.

A maior capacidade comercial dos árabes e a posterior superioridade militar europeia aportou consigo valores culturais dessas civilizações, mormente o Islamismo e o Cristianismo, utilizados como instrumentos fundamentais e determinantes no processo de subjugação dos povos da África Sub-Sahariana.

Consigno, os novos senhores trouxeram conceitos de elite bem diferentes dos conceitos africanos de então. A ideia de academias de saberes múltiplos, de elites pensantes e formadoras de pensamento impôs-se como um dos paradigmas indispensáveis à criação das novas classes médias africanas.

No contexto colonial, a produção de saberes estava orientada para a reprodução lógica do sistema, admitindo a integração de alguns membros das sociedades africanas capazes de perpetuarem o paradigma de dominação: eram os homens de pele negra e mentes brancas. No começo, estes encontravam-se entre os pequenos servis fabricados à medida das necessidades que o dominador sentia de uma força local para apoiar a sua missão. Depois surgiram aqueles que, tendo acesso aos sistemas universitários europeus, eram capazes de assimilar o que de melhor lá encontravam sem ter a capacidade de produzir um pensamento centrífugo em prol das populações de onde eram originários.

Nem sempre homens deste grupo permaneceram na servilidade. Muitos houve que começaram a busca da igualdade dentro do sistema e outros que iniciaram o processo de rejeição da dominação e embarcaram na construção dos ideais da auto-determinação e independência. Acreditavam na evolução dos seus povos para a formação de novas nações mesmo que distintas, em definição, das nações dos outros continentes.

No caso moçambicano criaram-se, paulatinamente, espaços de saber fora do sistema. Assim foram criados embriões do nacionalismo, nomeadamente nas igrejas, e em associações cívicas.

Os precursores e dirigentes da vaga de independências africanas do segundo quartel do século XX foram, na sua esmagadora maioria, intelectuais africanos que haviam frequentado as universidades europeias. Falamos de Kwame Nkrumah, Julius Nyerere. E obviamente de Leopold Sedar Senghor e de Kamuzu Banda e outros na esfera de influência britânica e francesa.

Das ex-colónias portuguesas registamos que a trajectória dos principais dirigentes nacionalistas fez-lhes passar por academias europeias e americanas. Tais foram os casos de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, apenas para citarmos os mais emblemáticos, mas nesta lista englobamos todos aqueles que participaram na fundação dos movimentos de libertação, envolvidos nas lutas políticas, diplomáticas, e armadas, incluindo aqueles que lutavam na clandestinidade, pela independência dos seus povos. Outros ainda são os que vieram juntar-se à construção dos Estados no período pós-independência, bem como os que nos nossos dias estão envolvidos nas batalhas actuais por uma sociedade de Paz, Democracia e Desenvolvimento.

Ainda hoje, as elites africanas vêm nas academias europeias e americanas espaços privilegiados para a aquisição de novas formas de pensar e de equacionar as problemáticas do Mundo Moderno. Os nossos melhores intelectuais, nascidos após as independências fazem os seus graus de Mestre ou Doutor, maioritariamente fora dos seus países.

De fora do continente africano, as elites africanas trazem ferramentas de análise e de concepção que questionam o imobilismo, abalando as convicções arreigadas e provocando o debate indispensável ao processo dialéctico de produção de novos saberes, cujo enquadramento numa sociedade que precisa de pensar em função da modernidade dos valores universais, somente é inteligível se for cruzado com os valores endógenos da cultura e ciência dos nossos países.

Minhas senhoras e meus senhores

Estes e outros fenómenos ocorrem ao mesmo tempo que ressurgem fortes manifestações de nacionalismo e de desejos de afirmação de autonomias étnicas. Daí decorrem conflitos sociais exacerbados que, por vezes, são interpretados e assumidos como sendo uma reacção contra a globalização.

Os impressionantes ganhos materiais provenientes da introdução e da adopção do modo de produção capitalista à escala mundial são acompanhados pela exclusão de um número crescente de cidadãos, tanto nos países desenvolvidos como, fundamentalmente nos países em desenvolvimento. Este paradoxo e outras manifestações decorrentes da globalização obrigam-nos a tentar compreender melhor a sua origem e as suas características principais, bem como o seu impacto nas SOCIEDADES periféricas.

Ao fazermos referência à Globalização, é imperioso que se faça distinção clara entre aquilo que ela é para o CENTRO e como ela é sentida na PERIFERIA.

O grau de integração da economia mundial tem um significado profundo, não só, para os indivíduos, mas também para os políticos e instituições económicas, sendo hoje visto como o culminar dum longo processo histórico, praticamente irreversível.

O impacto de relações económicas desvantajosas, em África, fez-se inicialmente sentir com o tráfico de escravos, já praticado pelos árabes e mais tarde pelos europeus. Assim, a África funcionou durante três séculos consecutivos como uma imensa reserva de mão-de-obra para a economia mundial. Segundo algumas estimativas, o impacto deste *negócio* ignóbil sobre a população local terá afectado mais de 50 milhões de pessoas, com a agravante de a maioria ter sido uma população jovem e economicamente activa.

Até hoje, ainda não se prestou uma verdadeira homenagem aos povos africanos pela contribuição que deram para a acumulação do capital, e, ainda não foram apresentadas desculpas oficiais pelas atrocidades cometidas.

A contribuição não foi só através do comércio de escravos que permitiu um comércio tripartido entre a Europa (como o Centro), a América e a África (como as periferias), mas também pela troca desigual de produtos manufacturados pelos produtos tropicais. Este comércio desigual desenvolve-se mais tarde, quando se dá a integração propriamente dita das economias africanas no sistema económico mundial.

No início do séc. XIX, a Europa necessitava de novos mercados para os seus produtos manufacturados e conseguiu estabelecer a superioridade militar que lhe permitiu subjugar os países africanos e asiáticos, criando, no processo, desigualdades entre as Nações. Por outras palavras, pode-se afirmar afoitamente que, com a destruição dos sistemas produtivos endógenos, e a subordinação da produção da periferia aos interesses do Centro, a Europa desencadeou um processo que conduziu a uma crescente desigualdade entre as Nações.

A proporção da desigualdade apareceu como um fenómeno novo, pois no passado não havia grandes disparidades entre as Nações, muito embora existissem diferenças significativas internas entre as classes sociais. Este processo deliberado de empobrecimento de Nações criou uma situação inédita em Nações ricas e Nações pobres. Hoje, infelizmente, assumimos estas desigualdades entre Nações como uma fatalidade, porém historicamente esta correlação e relacionamento entre Nações não foi sempre assim.

No caso particular de África, o processo de integração e da especialização como produtor de matérias-primas culmina com a marginalização do continente no sistema económico mundial.

A exclusão social nos países da Periferia foi e é muito mais violenta por várias razões. Entre elas, destacamos a ausência de mecanismos de protecção social e a desarticulação dos sistemas de produção, o que lançou milhares e milhares de cidadãos ao desemprego nas zonas rurais e urbanas. Como corolário, a qualidade de vida nas cidades degradou-se rapidamente por causa da migração crescente campo-cidade, o que acabou, criando tensões sociais, prontas a explodir.

Esta marginalização massiva de grandes segmentos da população africana, criou um terreno fértil para insurgências, pois as vítimas têm muito pouco a perder. Esta é uma das causas de tensões políticas e sociais que muitas vezes

degeneraram em situações de anarquia e de caos. Mesmo países considerados dentro das bitolas africanas, como sendo relativamente desenvolvidos como o Zimbabwe e a África do Sul, não estão imunes a um processo de anarquia social devido à marginalização social que neles subsiste.

A introdução do modo de produção capitalista nas sociedades africanas foi e continua sendo um processo exógeno, isto é, não foi produto de uma evolução endógena dos sistemas económicos internos, mas sim da imposição de uma economia e políticas coloniais, o que acabou atrofiando o desenvolvimento sustentável endógeno. Nenhum colonialismo se dignou a promover uma classe empresarial nacional ou a formar uma camada de quadros e de técnicos superiores que pudessem assimilar a ciência e a tecnologia ou mesmo a gestão empresarial.

Os Governos têm-se esforçado por fortalecer o seu papel na regulação das respectivas economias nacionais. Paradoxalmente, a extensiva integração económica tem implicado que estes governos sejam cada vez menos capazes de controlar a actividade económica dentro das suas próprias fronteiras.

A economia global vai gradualmente escapando ao controlo de Estados autónomos, pois ela tem uma dinâmica própria que põe em causa alguns dos atributos próprios da soberania dos Estados autónomos, como o controlo de fronteiras, controlo monetário e gestão de finanças públicas.

No lugar de organismos nacionais, torna-se necessária a criação de blocos regionais como pontos de apoio para a articulação com os organismos supranacionais.

Na economia global existe claramente um Centro, constituído pelos países do G8 e outros industrializados, e uma Periferia que se identifica maioritariamente com a África Sub-Sahariana, Ásia do Sul e Central, parte da América Latina e Central e, muito provavelmente, alguns países da Europa do Leste.

A economia nunca esteve tão globalizada como agora, pois, no passado, havia espaço para sistemas económicos paralelos. Com efeito, antes da dominação colonial, isto é, até ao século XVIII, a Índia, a China e outros países asiáticos eram sistemas autónomos, cuja relação com a Europa não era de centro-periferia. E, muito recentemente, no século XX, o bloco socialista do Leste Europeu constituiu-se também em sistema autónomo.

Visando manter a Periferia tal como ela está, hoje foi criada uma nova estratégia, para evitar que se reeditem os erros do passado, como os da década de 70, que levaram à expropriação de inúmeros empreendimentos criados pelo Centro. Nesta nova estratégia, as multinacionais recrutam localmente técnicos, operários e alguns quadros, contribuindo deste modo para a formação de uma classe média local, ao mesmo tempo que procuram como fachada, encontrar uma figura, de preferência com um passado político, como seu representante na Periferia.

Por isso, a definição de globalização assente no mercado livre e na concorrência generalizada, e a sua visão ideológica adjacente, acomoda melhor os países do Norte do que propriamente os periféricos, para os quais a globalização não é senão a intensificação de uma divisão internacional de trabalho e de uma especialização que os mantém na categoria de economias complementares, e agora, com o risco de se marginalizarem cada vez mais do crescimento económico mundial.

Se as economias africanas sub-saharianas estiveram durante séculos integradas num sistema de centro-periferia, hoje, algumas correm o risco de passarem a ser a periferia da periferia. Este é o caso, por exemplo, de Moçambique

que se apresenta como periferia da África do Sul que, por sua vez, constitui a Periferia do clássico Centro. Situações de marginalização como esta podem somente ser mitigadas ou evitadas com a promoção de novas posturas de relacionamento por parte dos governantes e de outras forças, incluindo o sector privado, que participam no processo económico, realizando novas iniciativas no sentido de um desenvolvimento harmonioso e integrado.

Na África Austral isto está a ser possível desde a queda do apartheid, e já se vê o grande esforço para o afastamento da filosofia de constelação de Estados. Surge a visão de um renascimento africano e ganha força o espírito da Nova parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD). Esta é uma parceria que se baseia na apropriação do processo pelos africanos e na necessidade de contar, em primeiro lugar, com as suas próprias forças numa parceria inter-africana, mantendo francamente aberto o campo para a cooperação com o exterior numa parceria inteligente no sentido "win-win", "prosper thy neighbour".

Politicamente, a marginalização tem provocado reacções dramáticas, promovendo um novo tipo de nacionalismo que, sem qualquer centro de gravidade, promovem por seu turno uma anarquia bárbara manchando a imagem de uma África moderna empenhada na construção e consolidação da paz e da democracia.

Os países do Centro são chamados a compreender os perigos que a marginalização representa para o Mundo e a assumirem as suas responsabilidades. Não se pode manter a periferia tal como está, e mesmo, ousado dizer: não se pode manter perpetuamente uma *periferia* quando se trata do bem estar do ser humano, sem que isso signifique o adiamento de uma catástrofe para todos.

Magnífico Reitor  
Distintos professores

Como dizia um sociólogo queniano, Ali Mazrui, os africanos assimilaram os hábitos e os padrões consumistas que vêm com o capitalismo, mas não foram capazes de apropriar-se da ciência e tecnologia. Daí a expressão de que o capitalismo na África Sub-Sahariana ficou à porta, isto é, os africanos são apenas objectos do capitalismo e muito poucos conseguiram elevar-se à categoria de sujeitos.

As próprias Independências, que muita esperança despoletaram nos seus povos, cedo se revelaram uma desilusão, em virtude de os seus líderes, terem-se baseado em modelos exógenos de democracia, dos países colonizadores.

Esta importação e aplicação acrítica de modelos de governação pode ter sido uma das razões de grandes instabilidades em muitos países africanos no período pós-independência. Na década de 60, assistiu-se a um rol de golpes de Estado que instalaram as ditaduras militares, o que conduziu inexoravelmente a um atraso do desenvolvimento cada vez maior.

Os efeitos deste desaire foram muito mais profundos do que o simples fracasso político. Tiveram consequências tão nefastas que acabaram afectando a própria linguagem. Enquanto no início das independências se falava euforicamente de liberdade, independência, autenticidade e afirmação cosmogónica, logo depois novos conceitos mais pusilânimes como os de pobreza absoluta, limiar de pobreza, países menos desenvolvidos, passam a dominar o discurso político.

O grande momento do início da descolonização não passava disso mesmo. Um começo, um dealbar épico para

corrigir a História, onde, não obstante, o papel dos intelectuais se afirmou como inestimável. Mas o mais difícil era o devir: a criação de elites comprometidas com os seus povos, capazes de interagir os saberes aprendidos fora e recriá-los para os seus novos Países. Assim, a alternativa que se impõe aos novos dirigentes africanos é lutar por uma transformação profunda que lhes permita que, de uma forma criativa, se apropriem dos modelos de democracia consensualmente aceites como os mais válidos para a governação dos povos e adequá-los a sua própria realidade, sem o que a política e a economia estarão em permanente desfasamento provocando uma permanente conflitualidade entre as elites governativas e as respectivas populações.

#### Excelências

São poucos os países que conseguiram escapar da especialização que lhes foi imposta, adoptando o modelo de promoção de exportações em oposição ao modelo de substituição de importações predominantemente nos países da América Latina e da Ásia. Outros países, em particular, os de economia socialista e alguns produtores de petróleo, adoptaram um outro modelo, o da indústria pesada ou seja, aquilo que foi designado como "Indústria Industrializante".

Não obstante, é preciso reconhecer o mérito desses países por terem conseguido passar de meros exportadores de matérias primas para exportadores de produtos manufacturados e de indústria pesada.

Contribuiu para este fenomenal desenvolvimento um conjunto de particularidades domésticas, tais como:

- Prioridade à educação de qualidade formando uma massa crítica nacional capaz de actuar directamente no desenvolvimento;
- Oportunidades de transferência e apropriação tecnológica através de Investimentos públicos massivos para aumentar a produção e produtividade principalmente no campo;
- A existência de uma classe empresarial nacional, cujo papel foi reforçado, traduzindo-se na interiorização do modo de produção capitalista.

Isto apela a uma nova abordagem na concepção das políticas económicas, tirando lições dos erros do passado e buscando inspiração nos diversos casos de sucesso que ocorreram um pouco por toda parte, mas particularmente no sudeste asiático, onde foi alcançado um crescimento rápido, auto-sustentado e com níveis de industrialização crescentes sem recurso a qualquer dos modelos externos de ajustamento estrutural que todos conhecemos. Hoje ninguém duvida da validade e importância de conceitos como boa governação, transparência, disciplina fiscal e monetária, estabilidade macroeconómica, iniciativa privada, capital humano, infra-estrutura física, mercados eficientes e do papel do Estado para assegurar a sua operacionalidade. Daqui decorre que é necessário reconhecer que a questão central na formulação de políticas é a definição clara do papel que cabe a cada um dos actores do desenvolvimento económico e social, bem como o nível de intervenção do governo e das forças de mercado na geração de incentivos para indução de comportamentos. Isto sugere um papel do Estado mais vigoroso, pois é ilusório, nas condições da maior parte da África Sub-Sahariana, pensar na existência e eficácia da mão invisível sem um quadro regulador institucional claro e aplicável em áreas vitais como concorrência, direitos de propriedade intelectual, bem como um quadro jurídico legal actuante.

Ao contrário do que é hoje sugerido aos Estados africanos, no passado, em quase todos os regimes, o Estado procurou desempenhar sempre um papel mais ou menos activo como promotor do desenvolvimento.

O Estado enquanto instituição, está, em muitas sociedades africanas, completamente desacreditado e hoje está em risco o próprio conceito de Estado-Nação. É sentimento de muitos cientistas políticos de que alguns países africanos não podem sobreviver nas actuais fronteiras, o que, na prática significa que a recuperação só é possível do local, da região para um todo. Independentemente da validade ou não deste argumento, o facto é que existe, em muitos países africanos, uma profunda crise na capacidade de governação a partir do centro, a partir da capital (são exemplos mais recentes dessa dificuldade os casos da República Democrática do Congo, da Costa do Marfim e do Sudão).

Não existe ainda, na maior parte dos países africanos, uma burguesia nacional ou uma classe empresarial nacional consolidada e com poder próprio. Na ausência dessa classe, existe o perigo de o capitalismo continuar a ser um fenómeno exógeno com todas as limitações que daí resultam. Como consequência ou como causa da incapacidade do Estado, os serviços básicos como os da Educação, Saúde Pública e a capacidade de gestão de manutenção de infra-estruturas tem vindo a deteriorar-se sistematicamente.

A formação contínua de universitários é deficiente e precisa de ser estimulada fortemente, por forma a assegurar que a sua formação traga valor acrescentado.

Valores africanos de solidariedade humana sofreram uma erosão dramática com o sofrimento provocado pela guerra e com os sacrifícios de programas de ajustamento económico. Por exemplo, durante a guerra de desestabilização em Moçambique, o número de membros de famílias na cidade de Maputo, aumentou de 5 para 10 ou mesmo para mais, com o afluxo de familiares de zonas rurais para a cidade, criando pressão para o magro rendimento familiar. Esta grande demonstração de solidariedade humana é acompanhada por outras de grande desinteresse pelo bem estar de filhos e sobrinhos, que são obrigados a mendigar nas ruas, desinteresse este, causado pela impossibilidade material.

Ao nível internacional houve alterações dramáticas que influenciam os modelos de desenvolvimentos, pois:

- Já não existe a "ameaça comunista" que obrigou o Ocidente a fazer concessões a alguns países asiáticos na manutenção de sistemas políticos que em condições idênticas não foram toleradas noutros países, concessões essas que são hoje questionadas;
- Dois novos países – a China e a Índia, com um capital humano de invejável quantidade e qualidade, tornam muito difícil a entrada dos produtos manufacturados africanos no mercado internacional, caso não tenham um tratamento preferencial. Um exemplo dramático deste facto é o desemprego galopante que começa a assolar alguns países da África Sub-Sahariana, decorrente do fim do Acordo Multi-Fibras, o qual conduziu ao encerramento abrupto de fábricas têxteis e de confecções cujos investidores deslocaram os seus negócios para a China;
- O fluxo de recursos financeiros para a África vem diminuindo constantemente, pois depende fundamentalmente da ajuda oficial que tem vindo a baixar. Em contrapartida, a proporção de investimento directo estrangeiro que vai para a África é insignificante (cerca de 3% do total).

É necessário recriar um processo em que a aldeia africana seja valorizada e se torne mais produtiva. Um processo em que, anualmente, de entre os milhões de produtores familiares alguns milhares se transformem em empre-

sários bem sucedidos, com capacidade de assimilar novas tecnologias e aumentar a capacidade financeira e gerar novos empregos.

É necessário criar uma economia nacional que não esteja tão dependente do exterior, dos choques e das oscilações de mercados internacionais. Uma economia nacional, em que o aumento da procura doméstica seja tão ou mais importante que as exportações.

Um processo deste tipo, exige um Estado diferente, um Estado que queira servir a população em vez de a controlar, um Estado que queira também transferir recursos e não cobrar apenas os impostos. Um Estado que saiba posicionar-se correctamente para coordenar de forma eficaz um programa integrado de respostas aos constrangimentos do lado da oferta, bem como para realizar o controle da qualidade dos serviços prestados, daí a importância do reforço da capacidade institucional prioritariamente para o sector público dos países de África.

Exige também que os nossos intelectuais, os nossos universitários, tenham um papel determinante na recolha dos saberes endógenos, na sua sistematização, na sua interiorização, na sua devolução às origens, que nos permitam cruzar esta nova fase da Globalização com Identidade própria.

Os nossos intelectuais devem estudar África para os Africanos para que nos devolvam a auto-estima, tão necessária para sairmos do fatalismo enraizado e cristalizado em todos nós: "porque a África começou mal, mal deve continuar!"

Moçambique, por exemplo, tem a oportunidade de criar uma economia virada para dentro, pois tem ainda recursos como terra por distribuir pela população, e pode reorientar uma parte da ajuda internacional para infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento rural. Um estudo efectuado recentemente revela que um investimento de US\$ 5.000 (cinco mil dólares americanos) permitia duplicar a produção de uma família camponesa, enquanto que a criação de um posto de trabalho através de um mega-projecto custa US\$ 400.000 (quatrocentos mil dólares americanos). É verdade que os fundos aplicados nos mega-projectos não podem ser desviados para outros projectos, mas os mega-projectos não resolvem o problema da pobreza generalizada e da exclusão social e, por isso, estes não nos devem ofuscar ao ponto de não vermos que o futuro de Moçambique está no seu povo que felizmente ainda está na sua maioria no campo.

Muito recentemente fomos capazes de, todas as forças políticas, todas as forças vivas da nossa sociedade, independentemente da sua filiação política, credo religioso, origem social, étnica ou outra, produzir um pensar comum aprovado pelo nosso Parlamento por unanimidade e aclamação. Refiro-me à nossa AGENDA 2025 de cujo documento final me socorro para terminar esta minha intervenção, mencionando o que lá se diz sobre o Cenário Desejável para Moçambique:

*"Um dos imperativos para que se superem as dificuldades de ordem interna situa-se na necessidade da existência de um projecto comum de sociedade, mobilizador e baseado na concertação, que assegure a liberdade individual e preserve o interesse colectivo. E neste pressuposto que se situa a necessidade de uma Visão Nacional abrangente, com isenção política e ideológica, superando as ameaças de fragmentação, de aprofundamento de assimetrias e preparando o país para os desafios de uma globalização realizada no concerto das nações e das instituições internacionais.*

*De entre os inúmeros pontos que constituem a Questão Nacional, é de destacar a necessidade de uma recuperação da auto estima e a garantia do controle dos sectores vitais da economia por entidades nacionais."*

A Agenda aborda ainda a necessidade de aprofundar a coesão, a igualdade, a harmonia e o patriotismo como factores de fortalecimento da soberania promovendo o diálogo entre os vários actores da sociedade.

Ao nível da Economia e Desenvolvimento indica a importância de uma política macroeconómica sã, um mercado aberto e competitivo, como reflexos de uma política eficaz na saúde, educação, habitação, emprego e redistribuição do rendimento.

Encoraja ainda a adopção de uma política para o sector informal em que aponta que o caminho a seguir deve ser no sentido de o integrar gradualmente na economia nacional, em vez de o combater.

Realce reforçado é conferido ao papel das forças armadas, a questão das infra-estruturas existentes e das necessárias, a materialização da Visão no Capital Humano com ênfase para áreas relacionadas com a família, género e juventude, uma boa governação como elemento indispensável para tornar realidade a Visão desejada.

A Agenda 2025 não descurou, naturalmente, o enquadramento de Moçambique no concerto das Nações quer ao nível regional quer ao nível internacional.

Finalmente, desejo manifestar-vos a minha profunda convicção de que o desenvolvimento é possível sem paternalismo, com auxílio verdadeiro e estruturante, num ambiente de Paz e com o aprofundamento dos valores universais de Democracia, pensados de dentro, com soluções de dentro, para dentro.

Quero manifestar a minha grande gratidão ao Dr. Mário Soares, que aqui está presente, por ter aceite ser meu padrinho nesta cerimónia tão solene. Unem-nos ao Dr. Mário Soares laços de grande amizade forjada na luta comum contra o fascismo e o colonialismo. Do Dr. Mário Soares guardamos a imagem dum lutador incansável pela paz e democracia no seu país e no exterior. Bem-haja Dr. Mário Soares.

Não podia deixar de sublinhar também a minha emoção de esta mesma cerimónia ser prestigiada pela presença do Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa, de quem usufruímos uma velha amizade, desde o período da transição para a independência de Moçambique, o que nos permitiu em períodos subsequentes até ao presente, coordenar as nossas acções para o reforço das boas relações de solidariedade e cooperação entre os nossos países.

Agradeço também as elogiosas palavras do Sr. Professor Doutor Luís Lobo-Fernandes que tornam quaisquer palavras por mim ditas insuficientes para exprimir o que me vai na alma.

Para terminar, não posso deixar de agradecer a insigne distinção que a vossa academia resolveu atribuir-me. Agradeço-a em meu nome pessoal, mas considero-a como um tributo ao meu país e ao meu Povo, que souberam vencer nos momentos certos as inúmeras adversidades dos últimos 50 anos e que, estou certo, com o apoio activo dos homens do Saber, em que estais incluídos, vencerá aquelas que agora se configuram no presente imediato.

O meu Muito Obrigado a todos pela paciência que tiveram em escutar este vosso amigo.